

Cinco anos sem dinheiro novo

22 JUL 1988

por Celso Pinto
de Roma

Dívida Externa



Thomaz Reichmann

cessário dinheiro novo dos bancos no futuro imediato, foi naturalmente muito bem recebida pelos banqueiros, mas não corresponde exatamente à expectativa brasileira. No café da manhã que o ministro teve com a imprensa alemã, pouco antes da apresentação aos bancos, ele enfatizou sua expectativa de que o acordo seja um primeiro passo para retornar ao mercado voluntário privado internacional. Mailson supõe que já no próximo ano o Brasil poderia lançar algum tipo de bônus — talvez nos mercados japonês e alemão — e, mais adiante, poderia levantar, por essa via, algo entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões ao ano.

A volta ao mercado voluntário é, por enquanto, um sonho, mas o fechamento desse acordo com os bancos parece caminhar bastante bem. Até agora, para surpresa do presidente do comitê dos bancos, William Rhodes, não surgiu, como costuma acontecer, nenhum grupo de bancos "problemáticos" em relação ao acordo. O ritmo de adesões formais ainda é

(Continua na página 22)

ACERTO EXTERNO

Cinco anos sem dinheiro...

por Celso Pinto
de Roma
(Continuação da 1ª página)

lento, mas declarações de intenção favorável são inúmeras. Isso é bom mas não é tudo: a experiência anterior mostra que, mesmo quando a "venda" do acordo caminha bem, ainda podem surgir dúvidas, problemas e adesões apenas parciais até a assinatura.

A situação interna brasileira — especialmente a escalada inflacionária — preocupa os bancos, mas eles têm tido alguns incentivos. O próximo deverá acontecer no início da semana vindoura, quando o Brasil deverá pagar cerca de US\$ 1 bilhão em juros devidos aos bancos, referentes a junho e julho. Daí para a frente, a intenção é ficar em corrente, mas sabe-se que se houver problemas com o acordo também poderão surgir problemas no pagamento futuro de juros. Como explicou um importante banqueiro a este jornal, deixar isso no horizonte é uma forma calculada de tentar empurrar os bancos a uma rápida adesão ao acordo brasileiro.

As discussões de Mailson no jantar de terça-feira e na apresentação na manhã de ontem reforçaram a constatação feita em outras capitais de que os bancos tomam esse acordo como um dado estabelecido e estão interessados em explorar, a partir daí, oportunidades de negócios. Horhausen, aliás, abriu o jantar dizendo que queria falar não apenas sobre o acordo mas também sobre oportunidades no Brasil.

A conversa durante o jantar, também realizado no edifício do Deutsche Bank, passou pela questão da conversão da dívida em investimentos e em exportações, pelo programa de privatizações brasileiro (muitas perguntas sobre eventuais oportunidades de negócios para os bancos — algo que Mailson disse achar pouco provável) e atração de investimentos externos. Como tem sido inevitável nesta viagem, os banqueiros perguntaram sobre a contradição aparente entre o desejo de liberalização do governo e as

medidas restritivas ao capital externo aprovadas na Constituinte.

Na apresentação de ontem aos banqueiros, Mailson fez o discurso padrão, sublinhando o espírito cooperativo em relação à dívida e a disposição de ajuste no "front" interno. Foram feitas a ele, em seguida, nove perguntas — também dentro do escopo habitual de interesse. A uma dúvida sobre a difícil conjugação entre austeridade e eleições, o ministro respondeu que "as eleições podem afetar a qualidade dos gastos mas não seu total". Disse confiar nas restrições de créditos aos estados e municípios como forma de evitar abusos.

Mais uma vez, surgiu uma questão sobre a conversão de dívida em exportações. Mailson explicou que o programa será limitado a setores específicos onde haja capacidade ociosa e possa haver adicionalidade. Exemplificou com a indústria de construção naval e parte da indústria pesada.

Um banqueiro levantou uma dúvida que tem sido muito frequente: "Se o saldo comercial está tão alto, por que as reservas cambiais não crescem?" Mailson disse que isso ocorre porque o Brasil já pagou US\$ 2,8 bilhões de juros aos bancos, pagará mais US\$ 1 bilhão e está com fluxo negativo junto ao BIRD, FMI e bancos oficiais.

Outro banqueiro quis saber por que o Brasil não fez um tipo de conversão da dívida em títulos (embutindo o deságio mas com garantia do principal), a exemplo do México. O ministro disse que o baixo nível de reservas impedia o Brasil de fazer algo desse tipo agora, mas que no futuro algo nessa direção poderá ocorrer. Para isso, o Brasil está pedindo aos bancos liberação da cláusula de participação que dificulta operações desse tipo.

Um banqueiro reclamou da não existência de "exit bonds" no pacote brasileiro, denominados em marcos alemães, e outro quis saber se Mailson discutiu com autoridades européias a questão da regulamentação fiscal, que em alguns países dificulta a participação dos bancos em certas operações (o ministro

disse-lhe que esse tema não fez parte das conversas).

Como se vê, para alguém que acompanha o acalorado e pessimista debate interno sobre a economia, fica a impressão de que os banqueiros internacionais estão surpreendentemente alheios. A impressão não é correta — apenas a trajetória desse acordo parece ter sido absorvida sem maiores sobressaltos.

O relato que os banqueiros tiveram de Reichmann, do FMI, sobre a economia brasileira foi, de outro lado, tranquilizador. Reichmann lembrou à platéia que a economia brasileira tem uma pequena abertura ao exterior, mas a dívida externa corresponde apenas a 40% do PIB, o que "põe o País em outra categoria". O Brasil "não é insolvente, tem uma economia com potencial e tem mais um problema de liquidez", disse ele. Há alguns anos, lembrou, a relação entre exportações e dívida estabilizou-se no caso do Brasil.

Reichmann enfatizou as boas intenções da política econômica (liberalização, mais competição, redefinição do papel do Estado, privatização), mas admitiu que o crescimento sustentado dependerá de ajustes "drásticos" e da eliminação da inflação.

A inflação de 600% preocupa, mas "não há curas mágicas", disse ele. "As experiências dos últimos anos (com congelamentos) demonstraram para a opinião pública brasileira que primeiro é preciso atacar as causas básicas da inflação, conter o déficit público", supõe Reichmann. Is-

so não é fácil, especialmente em razão do "delicado estágio político".

Ele ressaltou, contudo, que o ajuste será feito. Para o próximo ano, disse ele, há um acordo de que o déficit público não será maior do que 2% do PIB e que o número poderá ser revisado para baixo se houver necessidade de intensificar a luta antiinflacionária. As metas para este ano são "bem menos do que ótimas", mas a intenção é torná-las factíveis e intensificar o programa de ajuste no próximo ano. Reichmann terminou lembrando aos presentes que o acordo entre o FMI e o Brasil não se efetivará antes que 90% dos bancos tenham aderido ao acordo brasileiro.

O representante do BIRD, Armeane Choksi, fez, em seguida, um extenso relato dos programas de empréstimo e reforma bancária que o BIRD está discutindo com o Brasil. No próximo ano fiscal (junho deste ano a julho de 1989) os empréstimos aprovados poderão somar mais de US\$ 2 bilhões, conforme a disposição brasileira de efetivar as reformas. Choksi disse que o projeto energético (US\$ 500 milhões) deverá ir para aprovação do "board" em outubro e a reforma financeira poderá ser aprovada ainda neste semestre.

"Temos uma vasta área de discussão com o Brasil", disse Choksi, "mas é preciso lembrar que as reformas levam tempo para serem implementadas."

Mailson seguiu ontem à tarde para Roma, onde fala, hoje, com autoridades e banqueiros italianos.

GAZETA MERCANTIL

8861 JUL 22